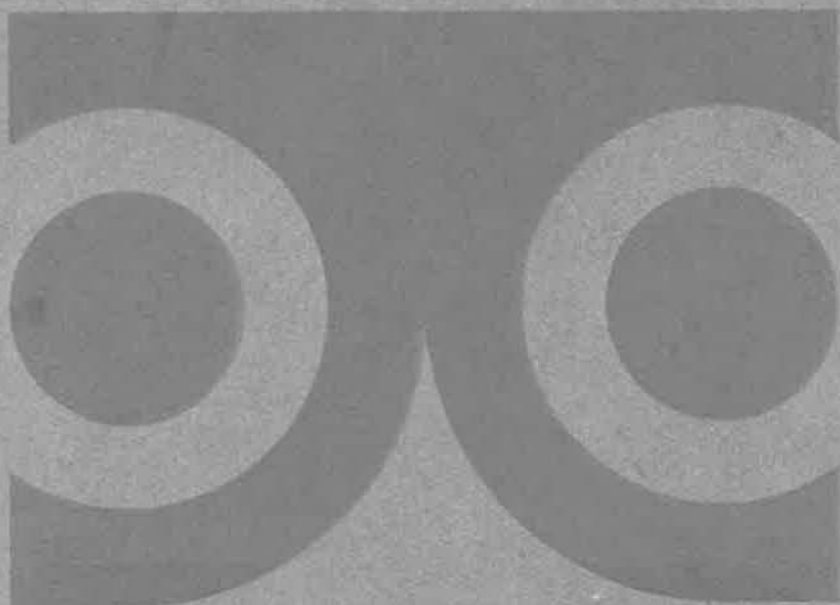


UNIL

REVISTA DO CENTRO DE HISTÓRIA DA
UNIVERSIDADE DE LISBOA • VOL. 1 • 1979



INSTITUTO NACIONAL DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

Capa, arranjo gráfico e paginação:
Maria João Santa-Bárbara



**REVISTA DO CENTRO DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE DE LISBOA**

VOLUME 1 — 1979

Direcção de
Joaquim Barradas de Carvalho
Joel Serrão
Victor dos Santos Gonçalves



INSTITUTO NACIONAL DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA
Centro de História da Universidade de Lisboa
LISBOA 1979



REVISTA DO CENTRO DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

VOLUME 1 — 1979

Direcção de
Joaquim Barradas de Carvalho
Joel Serrão
Victor dos Santos Gonçalves

Índice

| | |
|---|-----|
| Por uma nova história do pensamento | 7 |
| <i>Joaquim Barradas de Carvalho</i> | |
| Une voie de connaissance pour l'histoire de la société portugaise au XVIII ^e siècle: les micro- -biographies. (Sources-Méthode-Étude de cas) | 21 |
| <i>Andrée Mansuy-Diniz Silva</i> | |
| Questões de administração local nas inquirições gerais de Afonso IV | 69 |
| <i>Maria José Lagos Trindade</i> | |
| O Cardeal-Rei numa fonte coeva | 81 |
| <i>Francisco Salles Loureiro</i> | |
| Notas para a história dos partidos políticos em Portugal no período do «Ministério da Regene- ração» (1851-1856) | 91 |
| <i>António Ravara</i> | |
| A Carta Arqueológica do Algarve | 99 |
| <i>Victor dos Santos Gonçalves</i> | |
| As ânforas de S. Bartolomeu de Castro Marim | 141 |
| <i>Manuel Maia</i> | |
| Notas de introdução a uma leitura de Sérgio | 155 |
| <i>Fernando Piteira Santos</i> | |
| Perspectivas actuais da historiografia medieval espanhola — J. A. Garcia de Cortázar | 161 |
| <i>José Mattoso</i> | |
| O Ano do Património Arquitectónico Europeu | 169 |
| <i>Jorge H. Pais da Silva</i> | |
| NOTICIÁRIO | |
| Conferências, Colóquios e Seminários promovidos pelo Centro de História | 177 |
| Importantes descobertas arqueológicas no povoado da Idade do Cobre de Vidais (Mourão) | 178 |
| Escavações em povoados da Idade do Cobre no Alto Algarve Oriental | 179 |
| Roteiro de fontes de história contemporânea de Portugal | 179 |

VÁRIA

| | |
|---|-----|
| Centro de História da Universidade de Lisboa | 183 |
| In Memoriam..... | 185 |
| <i>Pedro Barbosa</i> | |
| IV Congresso Nacional de Arqueologia | 188 |
| Projecto de acordo entre o Centro de História da Universidade de Lisboa e o Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal | 189 |
| Projet de convention entre le Centre d'Anthropologie des sociétés rurales de l'Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales et le Centre d'Histoire | 190 |

A Carta Arqueológica do Algarve

Estratégia e Perspectivas

Victor dos Santos Gonçalves

Investigador do Centro de História da Universidade de Lisboa
Director do projecto CAALG, Carta Arqueológica do Algarve

O cadastro dos monumentos de uma nação é a carta archeologica do seu território, levantada em devida regra e authenticamente comprovada.

Estacio da Veiga, 1886

Les documents sur lesquels se fonde l'histoire des formes de groupement caractéristiques des différents stades de l'évolution humaine sont tirés des manifestations de la vie technique, économique, sociale et religieuse, esthétique. Ils procèdent de trois sources: la source archéologique, celle de l'information écrite et celle de l'information orale.

A. Leroi-Gourhan, 1961

Archaeologists all over the world have realized that much of prehistory, as written in the existing textbooks, is inadequate: some of it quite simply wrong.

Colin Renfrew, 1973

0. Estácio da Veiga e os inícios da cartografia arqueológica do Algarve

A partir de 1865, define-se um projecto de inventariação do património pré-histórico, proto-histórico e histórico do Algarve, senão rigorosamente inédito pelo menos sem precedentes visíveis entre nós, nas dimensões da região estudada e nos meios ínfimos para tal mobilizados.

Sebastião Filipe Estácio da Veiga (Tavira, 6-5-1828 / Lisboa, 7-12-1891), fidalgo da Casa Real, antigo aluno da Escola Politécnica, desenvolve intensa actividade, procurando identificar e cartografar vestígios e monumentos que lhe permitam construir a «carta archeologica» do Algarve.

Encarregado oficialmente, em 1877, de rever os resultados até então obtidos, Estácio

da Veiga inicia uma curiosíssima aventura, não longe, no positivo ou no erro, na ingenuidade ou na coragem, dessa outra que Boucher de Perthes trinta anos antes começara a viver.

De um lado ou de outro, no campo da arqueologia do século XIX, esboçam-se já «territórios» e «coutadas», pré-anunciando o regime senhorial que caracterizará a arqueologia portuguesa do nosso século.

Mas três grandes linhas começam também a emergir e bom seria que as estudássemos com mais rigor do que tem sido feito para compreendermos a génese de oposições irreductíveis e, mesmo, de certas psicoses que periodicamente regressam ao palco, apesar da mudança dos actores e da substituição do cenário.

quer os examinar-se no ultimo quartel deste seculo para salvar
ainda uma incalculavel riqueza, em que poucos povos podem
proceder-los.

Accitando o governo a proposta de V. Ex.^a, para
sim só reclamo um exemplar do respectivo relatório official
para com elle illustrar os meus trabalhos ácerca do Algarve.

Tenho a honra de assinar-me

De V. Ex.^a

submisso tributario da mais respeitosa consider.^{na}
y/ pmo pmo pr
bb . exp . 1. Marquez de Souza Holstein.

Palhava, 28 — em 2 de fevereiro de 1876.

Sebastião Philippes Martins Estácio da Veiga

A primeira dessas linhas é, sem dúvida, a da «arqueologia universitária» que, em Lisboa, se inicia com José Leite de Vasconcellos, tendo a triste sequência que conhecemos. A segunda é a poderosa escola dos Serviços Geológicos de Portugal, que manterá, até aos nossos dias, um importante núcleo de arqueologia. A terceira inclui os *free-lancers* ou *outsiders* de que A. Santos Rocha e Estácio da Veiga são exemplos claros. E poderíamos talvez falar já numa «arqueologia administrativa», sinistra percursora do que sabemos.

Neste entrecocar (por vezes extremamente violento) de grupos ou de homens «isolados», as «arqueologias paralelas», ontem como hoje, mudam conforme a perspectiva.

Estácio da Veiga sabe que o meio arqueológico português estava não só longe de compreender um projecto de cartografia arqueológica como bem afastado dos problemas técnicos que tal tipo de trabalho necessariamente implica. Procura, por consequência, nos autores estrangeiros inspiração e apoio para o seu trabalho.

E no meio que produzirá em breve «De Campolide a Melrose», esse texto extraordinariamente exemplificativo de uma época e de um outro homem (que foi por si uma tendência), surgem os volumes das *Antiguidades Monumentaes do Algarve*. Onde se sente já, explícita, a necessidade de formulação de uma política cultural global adequada à especificidade da região algarvia. Neste sentido devem ser lidos, o *Museu Archeologico do Algarve* (1880) e o *Instituto Archeologico do Algarve* (1882).

Boicotado, como ora se diz, pelos derviches da arqueologia oficial, o autor das *Antiguidades* encontra perante si a ignorância de um governo incompetente, num País em crise.

As colecções do *Museu Archeologico do Algarve*, uma vez utilizadas na propaganda externa que o Congresso de 1880 possibilitara, são atiradas para as arrecadações da Academia das Belas-Artes e, posteriormente, integradas no Museu que José Leite de Vasconcelos viria a fundar. A hostilidade

de uns quantos bonzos, já então em lugares-chave, a estultícia ou a má vontade de vultos seus contemporâneos, perseguem a infatigável actividade de um pioneiro, tal como outro notável investigador, Santos Rocha, marginalizado em Portugal.

O *Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-histórica*, reunido em 1880 em Lisboa, trouxera, no entanto, a Estácio da Veiga um certo prestígio internacional e permite-lhe uma frutuosa troca de impressões com alguns dos maiores especialistas da arqueologia de então.

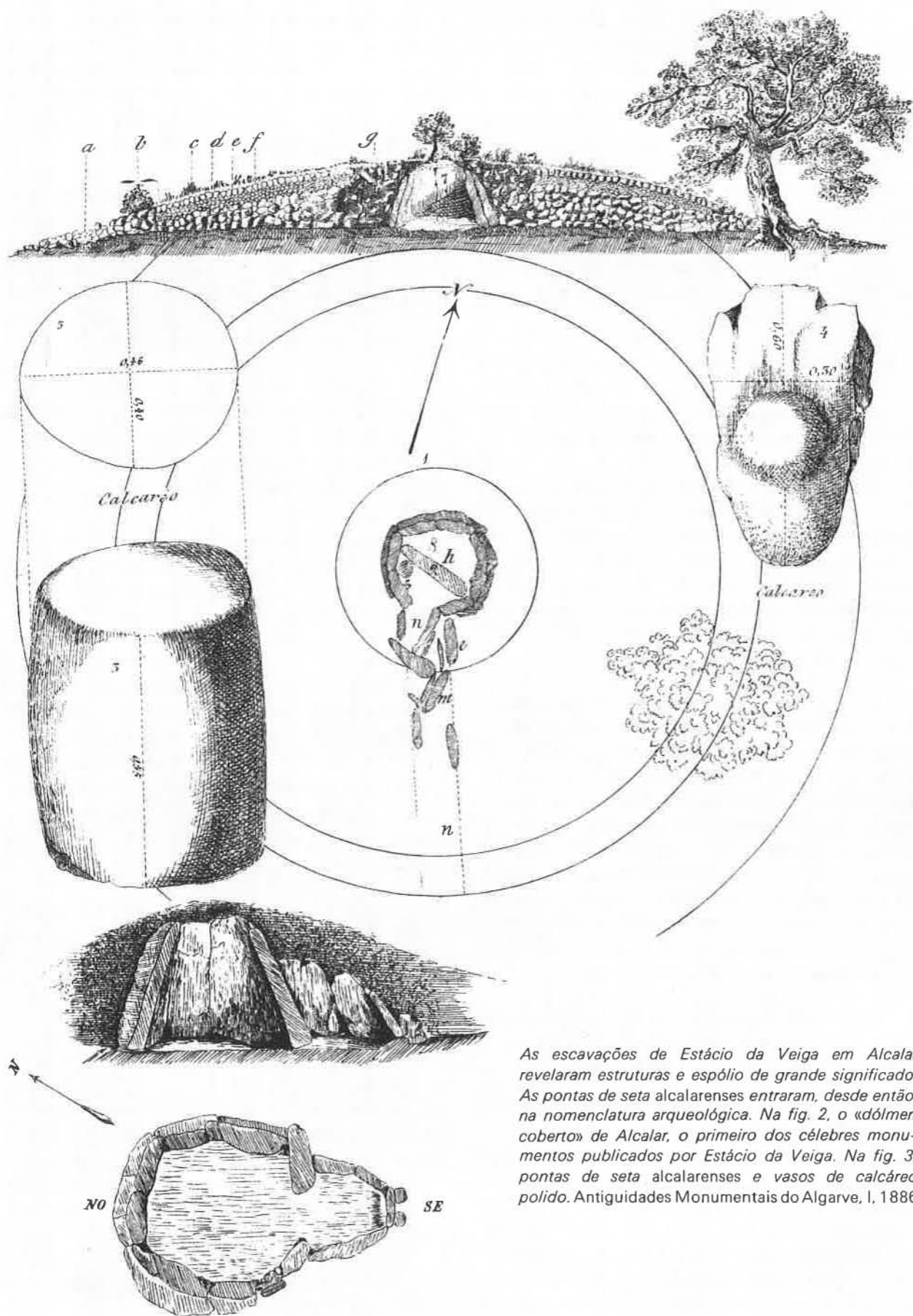
Porém, já antes de 1891, data da sua morte, se iniciara uma discreta «conspiração do silêncio». Coube a Maria Luísa Veiga, bisneta do arqueólogo, quebrar com um útil livro essa injusta situação.

As questões teóricas subjacentes à iniciativa de Estácio da Veiga são equacionáveis, hoje, de modo compreensivelmente diferente do da sua época mas conservam actualidade e justificam discussão.

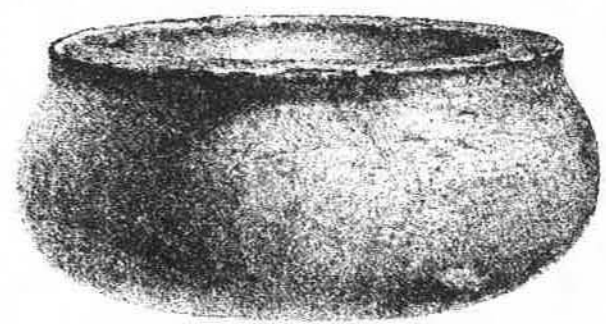
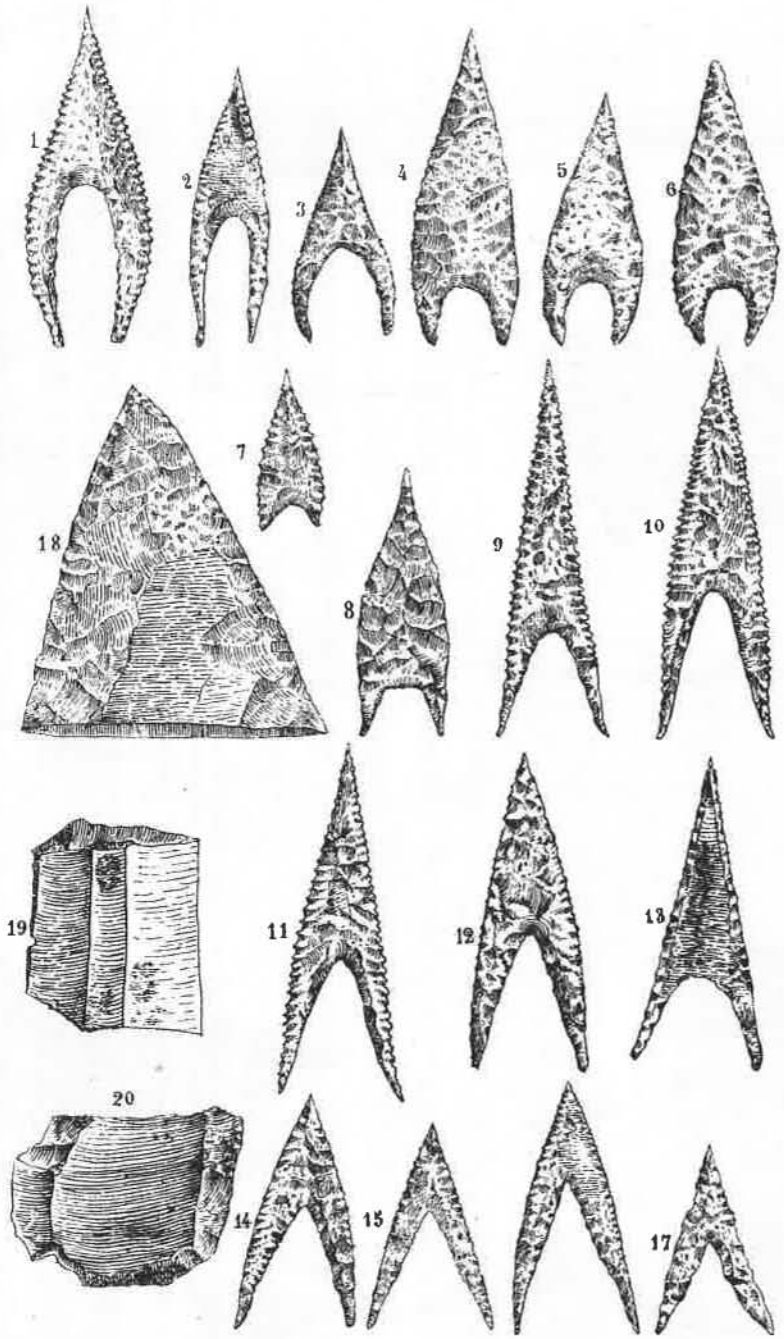
Pontos como a adopção de uma simbólica normalizada na representação cartográfica de monumentos e sítios, ou como a organização do *Atlas Arqueológico*, ultrapassam o seu próprio tempo e projectam-se com singular nitidez quase cem anos depois, altura em que continuam longe de estar resolvidos.

Os quatro volumes intitulados *Paleoethnologia. Antiguidades Monumentaes do Algarve. Tempos Prehistoricos* (Lisboa, Imprensa Nacional, 1886, 1887, 1889, 1891) representam, portanto, bem mais que uma simples, *folha explicativa* da *Carta Archeologica do Algarve*: são já testemunhos de que a prospecção, a recolha, a escavação, o registo, se encontram idealmente entrosados num tecido comum, na delicada teia que o arqueólogo tece ao procurar reconstruir o passado. Estácio da Veiga, ao compreendê-lo em 1886, ou talvez mesmo antes, torna-se credor da nossa admiração.

Este um sinal, também, senão houvera outros, da sua modernidade.



As escavações de Estácio da Veiga em Alcalar revelaram estruturas e espólio de grande significado. As pontas de seta alcalarenses entraram, desde então, na nomenclatura arqueológica. Na fig. 2, o «dólmen coberto» de Alcalar, o primeiro dos célebres monumentos publicados por Estácio da Veiga. Na fig. 3, pontas de seta alcalarenses e vasos de calcáreo polido. Antiquidades Monumentais do Algarve, I, 1886



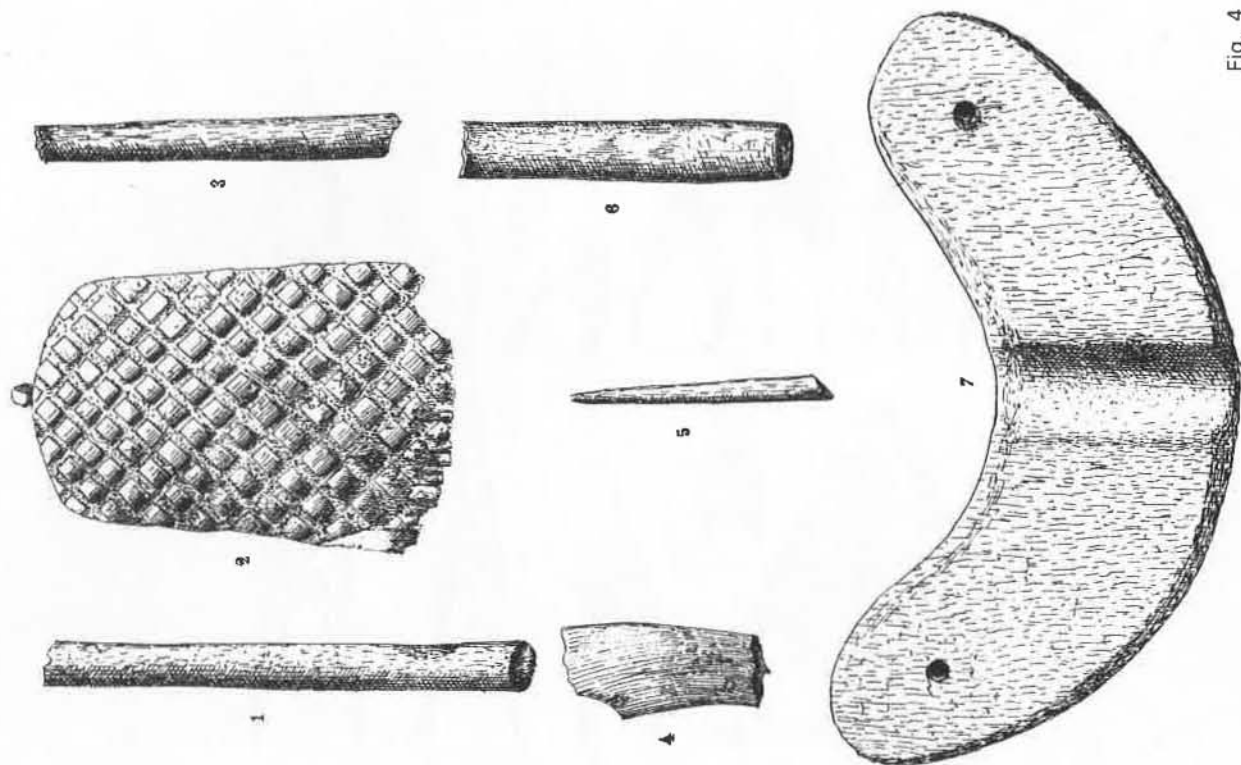


Fig. 4

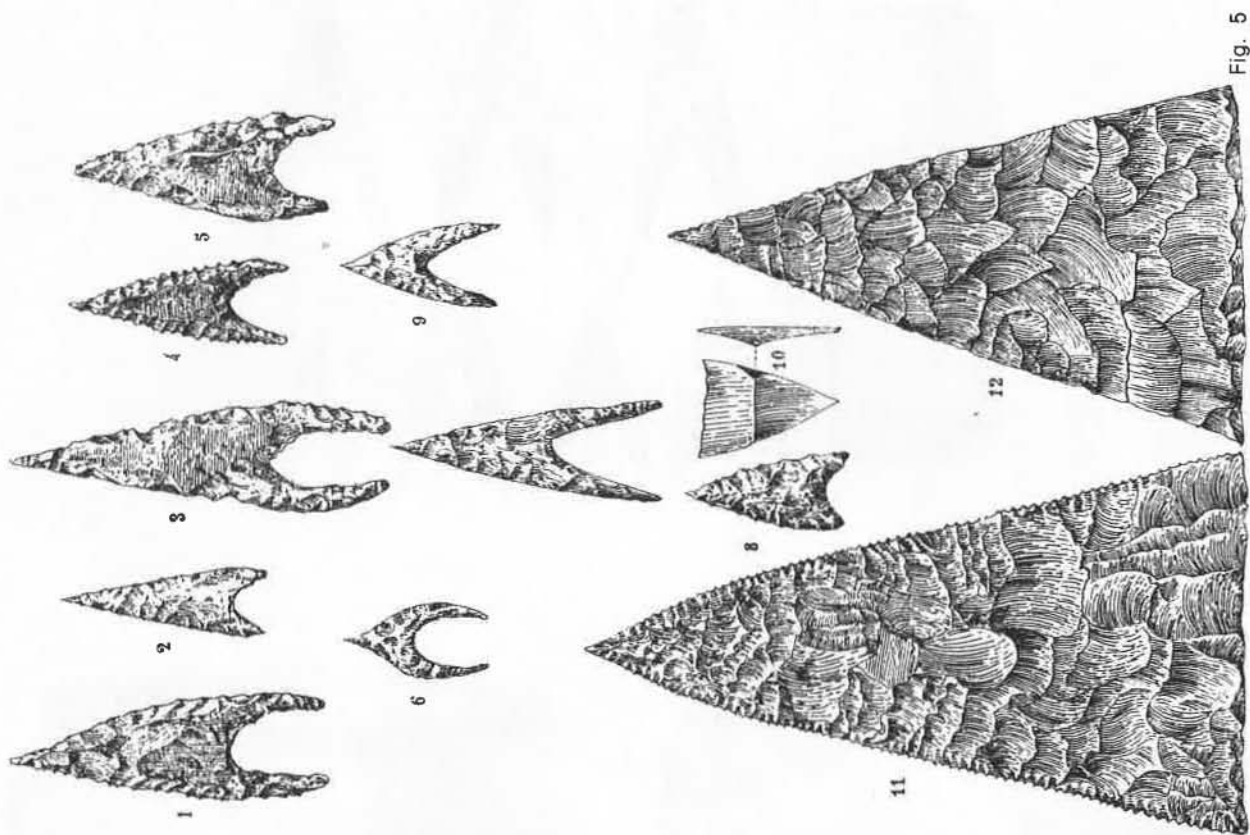
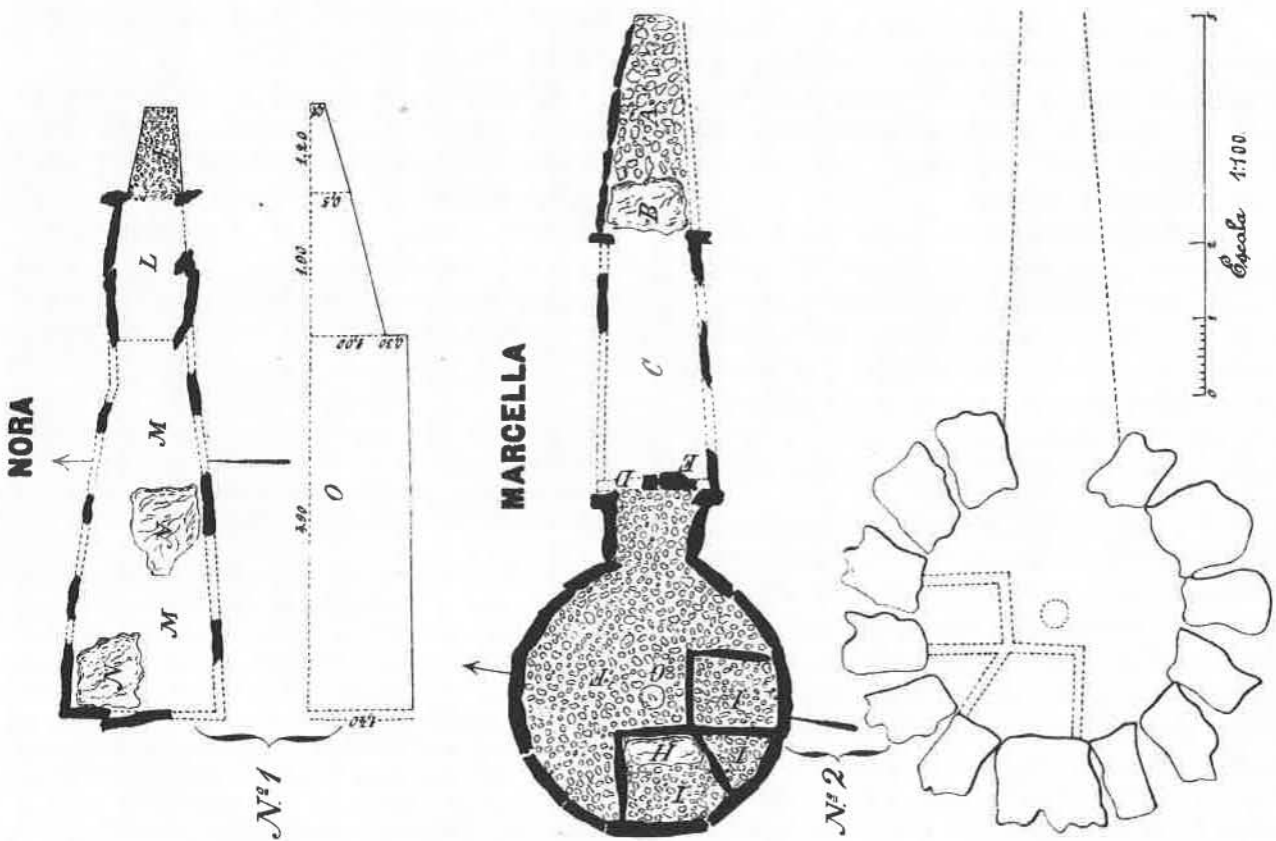
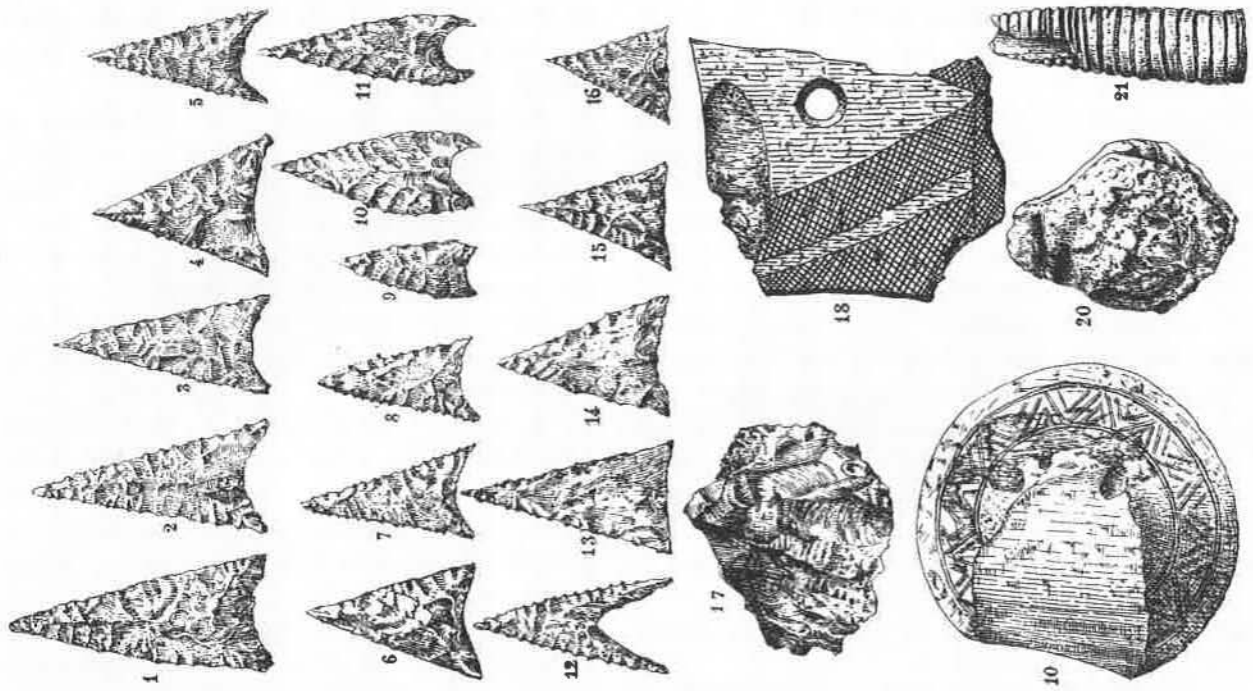


Fig. 5

Os importantíssimos monumentos de Nora e Marcela revelaram materiais alcalarenses em pleno Algarve Oriental, evidenciando que as mesmas gentes, ou culturas afins, tinham povoado tanto o Algarve Ocidental (Alcalar) como o Oriental. Na fig. 4, materiais do tholos de Marcela; na fig. 5, espólio da galeria da Nora. Antiguidades Monumentais do Algarve, I, 1886



1. Origens do projecto CAALG

Em Abril de 1976 foi o signatário contactado para integrar a «brigada de campo» da *Carta Arqueológica de Portugal*, cuja Comissão Coordenadora, composta por Fernando de Almeida, Bairrão Oleiro, Domingos Pinho Brandão, Fernando Bandeira Ferreira, Jorge de Alarcão e Artur de Gusmão, funcionava na Fundação Calouste Gulbenkian, entidade que subsidiava os trabalhos.

Questões administrativas conduziram a que a «brigada de campo», integrada também por Cavaleiro Paixão, José Arnaud e José Caeiro, funcionasse na mais modesta perspectiva de um LAA (Levantamento Arqueológico do Alentejo). Motivos não clarificados conduziram ao que suponho ter sido o auto-afastamento de Jorge de Alarcão.

As funções da «brigada» eram aparentemente simples: proceder ao levantamento arqueológico de *emergência* da área a inundar pela albufeira da barragem do Alvito, avançar seguidamente para a zona em perigo pela barragem do Monte Novo e preparar, a curto prazo, uma intervenção na barragem do Alqueva.

Não é este o momento de fazer a história desses meses de grande actividade que mediaram entre a primeira saída e a morte, por esgotamento das possibilidades de diálogo interno, de um projecto cuja continuidade tudo aconselhava.

Bloqueado o projecto LAA e suspensas todas as actividades da equipa de campo — e, segundo creio, da própria Comissão Coordenadora — as barragens foram sendo construídas e as consequências, que acredito bem graves para o Património do povo português, aí estão (por computar, é certo, mas nem por isso menos assustadoras).

Por todo o País, entretanto, criara-se um ambiente novo em relação ao património, ambiente esse sem dúvida devido ao multiplicar de Associações de região e de grupos de amadores que se agitaram e desmultiplicaram em iniciativas não coordenadas nem planificadas. A defesa do Património (decorrente da sua inventariação) fora seriamente comprometida pela inexplicada suspensão dos trabalhos da *Carta Arqueológica*

de Portugal. Era agora substituída por intervenções porventura bem intencionadas mas sem o mínimo garante científico.

Durante o ano de 1977, docentes e investigadores ligados directa ou indirectamente à Faculdade de Letras de Lisboa reconheceram que a situação que se instalara era mais que preocupante e iniciaram um vasto movimento destinado a ligar a escola à comunidade e a defender o Património através de iniciativas pontuais e planificadas.

Este movimento levou a efeito Cursos «de Património» e Seminários regionais, promovendo encontros distritais, procurando apoiar e coordenar esforços isolados no sentido de inventariar e preservar um Património malferido (1).

Neste domínio, a minha intervenção no caso concreto do Algarve traduziu-se numa ampla resposta a uma situação crítica e conduziu à tentativa de organização da ADIPA, *Associação para a Defesa e Investigação do Património do Algarve*, e à realização de uma série de actividades anuais que incluem os Seminários de Arqueologia, Literatura Oral e Arte Popular (Faro) e os Seminários «Defender e Investigar o Património» (Lagos e Vila Real de Santo António). (2)

Estes Seminários reúnem professores do ensino Básico e Secundário e têm, entre outras, a intenção de contribuir para a organização da rede de apoios locais ao projecto CAALG (*Carta Arqueológica do Algarve*), que entretanto se definiu, e a de enquadrar todos os indivíduos que, interessados em participar activamente na defesa

(1) Cabe aqui uma palavra de agradecimento pelo apoio da Secretaria de Estado da Cultura, através da Direcção Geral do Património Cultural e do Plano de Investimento da Administração Pública (P.I.D.A.P.)

(2) Existem algumas diferenças intrínsecas, de origem, entre os *Seminários de Arqueologia, Literatura Oral e Arte Popular* (Faro) e os Seminários de série «Defender e investigar o Património». Com os primeiros pretendi abrir perspectivas, com os segundos aprofundá-las. Os Seminários ALOAP constituem iniciações a problemas gerais, de campo e gabinete. Os Seminários DIP são espaços onde os problemas, sobretudo de ordem prática, são equacionados sistematicamente. Este o critério que considere mais adequado.

do Património, cooperem no levantamento sistemático dos monumentos e sítios arqueológicos ou históricos do Algarve.

A suspensão da *Carta Arqueológica de Portugal* não poderia implicar a paralisação de todas as actividades de levantamento arqueológico.

Perante a indiferença, o desinteresse ou o sectarismo de muitos, todo um Património, memória colectiva de um povo que somos, do espaço que ocupamos, da Nação que construímos, ia sendo progressivamente destruído.

É tempo que esta situação termine, é tempo de compreendermos que o que resta tem de ser inventariado, investigado, preservado. É o momento de planificar, enquadrar e apoiar a pesquisa.

Neste contexto se explica a emergência do projecto CAALG.

2. As campanhas de ensaio 1, 2 e 3/ /Tavira 77

O projecto da *Carta Arqueológica do Algarve* — CAALG — surge, primeiro, no âmbito do *Centro de História das Universidades de Lisboa* e reúne, nesta fase, um grupo de alunos, bacharéis e licenciados, ligados ao Departamento de História da Faculdade de Letras de Lisboa.

Este carácter aparentemente «lisboeta» do projecto é, no entanto, rapidamente desmentido pela inserção regional, patente desde as primeiras fases da sua organização.

O Gabinete de Planeamento do Algarve (GAPA) e a Câmara de Tavira reagiram de forma rápida e concreta ao que então se lhes solicitou (e que era bem mais que simples apoio financeiro).

Apoiando os *Seminários de Arqueologia, Literatura Oral e Arte Popular*, o Governo Civil de Faro permitiu a criação de um novo espaço de trabalho, chamando os seus participantes a uma colaboração com o CAALG, que se revelou extremamente positiva, e abrindo o caminho para a organização da *Associação para a Defesa e Investigação do Património do Algarve*.

Procurou-se, assim, *ab ovo*, quebrar a falsa imagem de uma centralização absurda e assinalar as vias indispensáveis a uma regionalização cultural que terá de ser, no

entanto, no rigor da sua definição, o contrário da insularização.

Um dos principais erros do *Levantamento Arqueológico do Alentejo* não foi aqui repetido. Independentemente de, nesta fase, o tratamento dos dados se fazer em Lisboa (e existem boas probabilidades de que tal se não transforme em regra), a ligação às estruturas administrativas locais e às próprias populações foi cuidadosamente estudada e objecto de longa discussão, tendo mesmo condicionado o próprio local por onde se iniciou a prospecção.

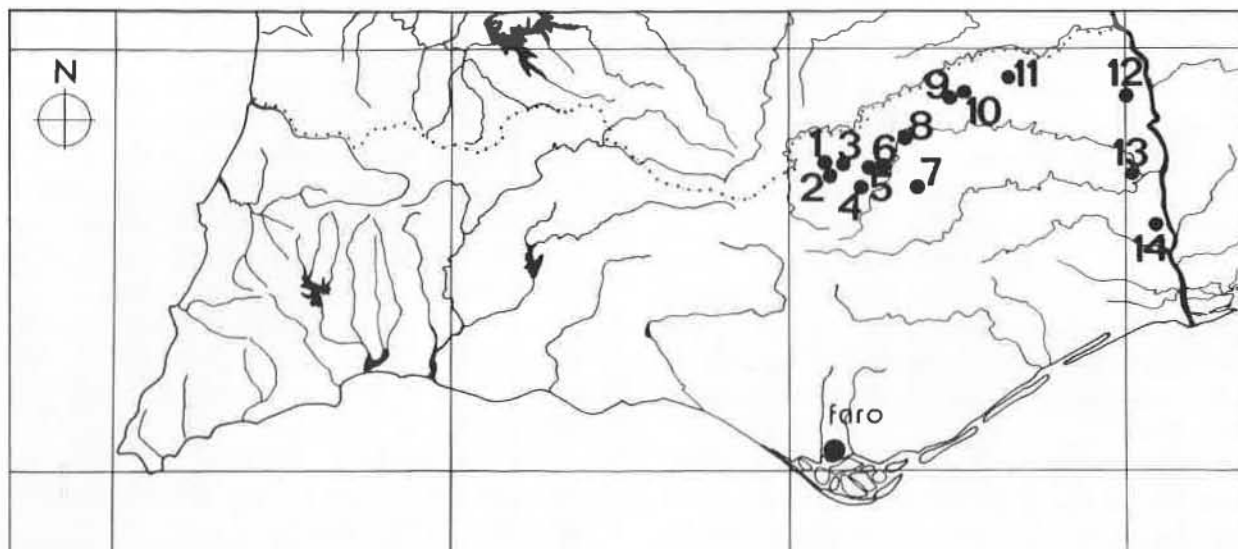
As campanhas TAVIRA 77 incidiram sobre as terras mais a Norte deste concelho, em plena Serra Algarvia.

A equipa instalou-se numa pequena povoação, o «monte» da Mealha e estabeleceu os primeiros contactos com os problemas de campo. Como se sabe, a «carta não é o terreno» e a cartografia disponível, 1:50 000 (Carta Corográfica de Portugal) e 1:25 000 (Carta Militar de Portugal) contém numerosas lacunas e algumas imprecisões. Tal se revelou particularmente grave no que respeita à pistagem da micro-toponímia de significado arqueológico, implicando o imediato incremento dos inquéritos orais à população, no sentido da recuperação e localização de topónimos significantes.

Numa certa medida, a primeira campanha representou uma dupla abertura, ao terreno e aos problemas gerais de localização e localização de vestígios arqueológicos. Confirmaram-se sítios sobre que se possuía já informação (oral e escrita, mas inédita) — Anta do Cerro das Pedras Altas, Anta do Cerro da Masmorra, Cista da Rocha da Moura —, identificaram-se outros — Anta do Curral da Castelhana, Corguinhas, Cerro dos Mouros, etc. — e procedeu-se à sua fichagem, bem como a recolhas de materiais de superfície.

A segunda campanha foi encurtada, devido ao inesperado agravamento do estado do tempo, mas permitiu recolhas no Cerro dos Mouros e nos Telheiros.

A terceira campanha visava fundamentalmente a escavação da Anta do Curral da Castelhana, escavação que decorreu normalmente, tendo, em simultâneo, continuado o processo das identificações e da prospecção sistemática dos arredores. A equipa



Alguns monumentos e sítios cartografados pelo CAALG no Algarve Oriental: 1 — Anta da Cerca da Francisquinha; 2 — Anta da Cumeada; 3 — Cerro do Castelo (Corte João Marques); 4 — Anta das Pedras Altas (Mealha); 5 — Anta da Masmorra; 6 — Anta do Curral da Castelhana; 7 — Cerro dos Mouros; 8 — Cerro do Castelo (Mestras); 9 — Povoado árabe/medieval de Santa Justa; 10 — Cerro do Castelo (Santa Justa); 11 — Anta da Altura da Serra; 12 — Necrópole da Eira da Zorra; 13 — Necrópole do Cerro de Dona Benta; 14 — Necrópoles de Almada de Ouro. Trata-se, evidentemente, de uma simples amostragem, ficando de fora monumentos como a Cista da Rocha da Moura, as Necrópoles investigadas por Caetano de Melo Beirão (sobretudo o notável conjunto das Umbrias da Fome), povoados árabes/medievais como os de Corte da Seda, Alcariaís, etc.

cindiou-se em duas unidades o que, permitindo uma maior mobilidade, assegurou um aumento de ritmo da prospeccção.

As três campanhas TAVIRA 77 serviram, portanto, para além dos fins declarados, para preparar e consolidar uma estrutura de equipa, para resolver os problemas de cartografia e de pistagem micro-toponímica e, sobretudo, para afinar as táticas de campo, o que implicou, evidentemente, correcções importantes na estratégia global adoptada.

3. A estratégia das fases prévias

Há várias maneiras de se conceber o trabalho de uma Carta Arqueológica. Se se tratar de uma *Carta Arqueológica de Portugal*, é óbvia a necessidade de se montar toda uma infra-estrutura que funcione, e o Ministério da Educação e Cultura parece ser o espaço em que logicamente se integre uma iniciativa deste tipo. A este nível, uma Carta Arqueológica implica a criação de Serviços Centrais que incluam unidades de preparação de dados (com vista à sua futura *stockagem* no *Banco de Dados*, indispensável para um correcto armazenamento dessa informação).

Mas os Serviços Centrais não bastam para o funcionamento efectivo de um tal projecto. É necessário que equipas regionais, de grande mobilidade e autonomia, *mas com metodologias de gabinete normalizadas*, operem no sentido de fornecer os dados em bruto que serão, em seguida, devidamente manipulados. Dados esses que servirão para informar o cada vez mais necessário *Plano Nacional de Escavações* e na listagem de prioridades na defesa e investigação.

O projecto CAALG arrancou durante uma fase de paralisação do projecto nacional, com verbas reduzidas e recursos quase «primitivos». O primeiro relatório de campo evidencia o que se fez, não revelando, no entanto, o muito que se conseguiu ganhar, e a níveis bem diversos entre si.

Uma das questões centrais, patente desde o primeiro momento, resume-se rapidamente: uma equipa de Lisboa, ligada ao *Instituto Nacional de Investigação Científica* através do *Centro de História das Universidades de Lisboa*, pretende realizar um trabalho de investigação a 300 km de distância, numa região onde não está radicada e sobre a qual apenas o director do projecto possui conhecimento de terreno.

Este problema não se poderia resolver, pareceu-me, sem o estabelecimento de «fases prévias» de aproximação e sem a tessitura de uma sólida rede de apoios locais. Para além de tudo isto havia que formar gente, radicada na região, que pudesse *responder continuamente* à grande variedade de questões levantadas. Mais: haveria que organizar todos os interessados numa estrutura coordenada.

Neste sentido se dirigiram todos os meus esforços.

Os apoios locais vieram do Gabinete de Planeamento do Algarve, dirigido pelo Eng. Joaquim Relvas, da Assembleia Distrital e do Governo Civil de Faro, dirigidos pelo dr. A. Carrapato e da Câmara Municipal de Tavira, presidida pelo Eng. Rocha Prado. Em fase posterior, e na extensão ao Barlavento da actividade do CAALG, há que registar o apoio da Câmara de Lagos, presidida pelo dr. José Alberto Baptista e da Câmara de Aljezur, presidida por J. da Silva.

Quanto à formação de gente interessada em colaborar com o CAALG no levantamento geral do Património Algarvio, pensei que tal só seria possível através da realização de reuniões e Seminários que abrissem perspectivas novas a tal colaboração.

Assim, organizaram-se duas séries de Seminários: os «Seminários de Arqueologia, Literatura Oral e Arte Popular», em Faro (I Seminário em Dezembro de 1977, II Seminário realizado em Dezembro de 1978) e a série «Defender e Investigar o Património» (I Seminário em Lagos, Maio de 1978; II Seminário previsto para Lagos, Abril de 1979).

Estes seminários foram subsidiados pela Secretaria de Estado da Cultura, através da Direcção Geral do Património Cultural, em que o Dr. António Nunes de Oliveira foi peça chave no desencadear de um projecto para o qual não conheço precedentes à escala algarvia. Para os seminários de «Arqueologia, Literatura Oral e Arte Popular» contribuiu também o *Centro de História das Universidades de Lisboa* que, dentro das suas reduzidas possibilidades orçamentais, apoia como pode estas actividades.

Procurando coordenar a posterior actividade de todos os participantes (e não só,

evidentemente) propôs-se a organização da ADIPA (Associação para a Defesa e Investigação do Património do Algarve) que, a partir de Lagos e outras sedes, procurará desenvolver intensa actividade de apoio ao CAALG, inventariando e defendendo tudo o que se relacionar com o Património.

Esta a estrutura que se pretende venha a coordenar toda uma série de esforços isolados ou dispersos.

Portanto, sólida implantação local, equipas bem treinadas, Grupos de Trabalho à escala de toda uma região, unidades móveis e, finalmente, dados normalizados.

Neste último sentido se procurou a elaboração de fichas de campo e gabinete (ver anexo) que não são consideradas exemplares acabados mas contribuições para modelos normalizados, a serem definidos após discussões alargadas.

Tão importantes como o próprio trabalho de campo me parecem estas «fases prévias» sem as quais seria inevitável a dispersão de esforços e iminente o esgotamento das possibilidades de intervenção.

Noutra linha, também, se orientou o nosso trabalho. Num esforço de integração na realidade rural algarvia. Esforço talvez difícil mas que originou, no que respeita aos habitantes do 'monte' da Mealha (Cachopo), bons amigos e excelentes colaboradores na recolha de informação por nós iniciada.

No poço comum, junto ao tear da mãe da D. Esaltina, em casa do sr. António dos Reis, ao serão, nas hortas que ladeiam a ribeira, a equipa aprendeu uma das mais preciosas lições. À disposição de qualquer um mas, infelizmente, tão pouco aproveitada pelos teóricos de pacotilha ou pelos arqueólogos de secretaria.

4. Da estratégia das «fases prévias» às estratégias de campo e tácticas de prospecção

4.1. O projecto CAALG foi organizado com os seguintes objectivos:

— *identificação dos vestígios arqueológicos da região algarvia*

- *escavação selectiva de tais vestígios*
- *estudo das formas mais adequadas de sua protecção.*

O primeiro ponto destinava-se à elaboração de uma cartografia sistemática, base indispensável não apenas do conhecimento das fases de ocupação do espaço mas de informação prévia de qualquer trabalho de planeamento local.

Pretende-se não só servir o investigador como fornecer às Câmaras e ao próprio *Gabinete de Planeamento do Algarve* um instrumento de trabalho que lhes permita levar a cabo as suas funções sem agressão ao Património.

Isto porque se fala, talvez excessivamente, em defesa do Património, esquecendo-se que a montagem de um sistema de defesa passa obrigatoriamente pela inventariação prévia (e, evidentemente, pela elaboração de legislação adequada), o que tem sido escandalosamente esquecido. *

Neste sentido, o projecto CAALG bifurcou-se: ao trabalho de campo juntou-se a organização do que se poderá designar por *Bibliografia arqueológica do Algarve*, reunindo-se assim toda a informação publicada, disponível, sobre os vestígios de ocupação humana naquela região, do Paleolítico ao período árabe-mediéval.

Este trabalho decorre naturalmente da organização do ficheiro do CAALG, ficheiro que reúne, por Concelhos e por folhas da cartografia 1 : 25 000, toda a informação que a equipa vai recolhendo.

4.2. A questão, talvez menos pacífica, da escavação selectiva alinha, neste momento, por perspectivas de prioridade idêntica mas diferentemente exploradas. Uma delas procura o esclarecimento da verdadeira extensão do fenómeno megalítico em Portugal, através da definição do megalitismo «algarvio». É um «projecto dentro do projecto» mas dele depende a compreensão do próprio espaço mediterrânico ocidental, em linhas dinâmicas, durante as fases cruciais da neolitização e dos inícios da metalurgia.

Na verdade, a passagem das economias de recollecção a economias de produção

está longe de ser tão simples como alguns manuais pretendem e o caso do espaço português deve ler-se em linhas diferenciadas, de acordo com as regiões.

A primeira escavação moderna de uma anta algarvia (a Anta do Curral da Castelhana, em Novembro de 1977) veio levantar inúmeras questões, cuja resposta apenas será de encontrar após a escavação (já prevista) de outros monumentos do mesmo tipo e época.

Veio, também, e mais uma vez, sublinhar a convicção de que o espaço algarvio — Serra, Barrocal e Litoral — tem de ser tratado de forma específica, sendo, como é, a desembocadura do grande Mar Interno e o término das descidas dos migradores alentejanos.

Outra perspectiva, neste momento também em estudo, implica a recolha de elementos sobre estações arqueológicas que representem momentos significantes dentro da diacronia da ocupação humana do espaço algarvio.

Nesta linha, existem prioridades que traduzem mais as características e a qualificação técnica do material humano existente que uma planificação como a que seria de desejar.

Os elementos «de importação», «de adaptação regional» e «de evolução local» durante o Neolítico e a definição das áreas de exploração, do comércio ou simples troca durante o Calcolítico são exemplos de linhas em exploração. É claro, porém, que uma afinação de tais critérios apenas poderá decorrer de fases mais avançadas do projecto, uma vez mobilizando recursos humanos, técnicos e financeiros ora insuficientes.

4.3. Para que se cumpram os objectivos previstos há, também, que os redefinir de acordo com as possibilidades do momento e os integrar num conjunto de medidas prévias que permitam a emergência de uma autêntica estrutura funcional e não de um serviço esclerosado e burocratizado.

Mais uma vez há que lembrar que «a carta não é o terreno» e que é este último que impõe definitivamente a estratégia a adoptar.

Quando o projecto CAALG começou a funcionar, nas suas fases de ensaio,

em regiões da Serra Algarvia, nos Concelhos de Tavira e Alcoutim, procurava-se ensaiar métodos de prospecção e fazer o balanço dos resultados, colhendo os ensinamentos que a prática de campo trouxesse.

A estratégia das «fases prévias» decorreu exactamente desta necessidade e da análise cuidada das unidades a pesquisar.

Criaram-se assim, para 1978/1979, áreas prioritárias que traduzem, na sua escolha, a firme recusa da cartografia arqueológica como um fim próprio, fechado, e a procura de perspectivas enquadrantes de natureza diversa.

Assim, definiram-se para o Sotavento três «regiões dentro da região» como possíveis de constituírem bases de informação para a elaboração das linhas mestras de abordagem à *cartografia arqueológica do Algarve*.

1. A Serra Algarvia (Loulé, Tavira e Alcoutim)
2. A área de penetração do rio Gilão (Tavira)
3. A área do Baixo Guadiana (Alcoutim, Vila Real de Sto. António)

A primeira unidade, a da Serra Algarvia, é pesquisada no sentido de se averiguarem as relações específicas entre ela, o Baixo Alentejo e o Barrocal.

Tampão de duas vastas regiões naturais, a Serra Algarvia levanta problemas extremamente peculiares, ainda mal equacionados. Será necessário um recurso sistemático a geomorfólogos e a especialistas em Geografia Humana para se avançar na compreensão desse conjunto de complexas dia-cronias entrecruzadas.

A área de penetração do Gilão, já em parte referida por Estácio da Veiga, veja-se o Cerro do Cavaco, é adequada a um ensaio, como o que se pretende, de «prospecção dirigida», em que se explore a relação entre o rio, os seus afluentes e o espaço humano assim permitido.

A grande aposta, porém, centra-se no Baixo Guadiana e, particularmente, na região definida pelo grande Rio e pelas Ribeiras da Foupana e de Odeleite (CMP 583). Aí se procurará averiguar toda a história de um povoamento amplamente estimulado pelo cruzar das linhas hídricas e pelo signi-

ficado da grande via de penetração que o Guadiana representa.

Neste sentido trabalhamos.

4.4 A criação de infraestruturas de apoio à prospecção e escavação não é, porém, tarefa simples, seja qual for a região em que tal haja que ser feito.

No caso concreto do Algarve, pareceu-me que o complexo prospecção/recolha/publicação/exposição dos resultados não poderia deixar de passar pela reformulação do Museu de Etnografia da Junta Distrital de Faro num *Museu de Arqueologia e Etnografia* que assumia o verdadeiro e actuante papel de um *Museu de Região*. Museu vivo e não fóssil petrificado à nascença, como é o caso de tantos museus deste País. Museu agressivo, interveniente, transformador, agindo na realidade cultural algarvia *por dentro* e não epidermicamente.

Esta a razão do projecto que redigi e apresentei oportunamente.

4.5. Uma das questões prévias a todo um processo de prospecção põe-se simplesmente: prospectar *o quê, como e para quê* — ao que haveria que acrescentar, sem dúvida, *por quem*.

Deixando de parte, por ora, *por quem*, e tendo já sido visto *o quê, o para quê* de prospectar parece evidente no âmbito geral de uma política de defesa activa do Património.

Quanto a prospectar *como* foi questão largamente discutida quando se definiram os objectivos do projecto mas, como tudo o que envolve uma ligação constante da teoria à prática, foi sucessivamente reformulada perante a realidade de campo.

Em 1977, e para a Serra algarvia, seguiram-se três linhas:

1. pesquisa micro-toponímica sobre as cartas 1 : 25 000, confrontada pela cartografia 1 : 50 000 e completada pelos inquéritos orais e pela recolha de micro-topónimos no próprio terreno.
2. implantação numa pequena comunidade da Serra, prosseguindo a recolha de informações através da rede de parentesco que liga os seus habitantes aos de outros povoados da Serra.

3. prospecção sistemática do terreno através de equipas com itinerários idênticos mas não simultâneos.

Nos lugares prospectados, ensaiaram-se vários sistemas de prospecção, como o «pente» ou a «rede», mas o sumário equipamento de que então se dispunha não permitiu, em 1977, um julgamento sério sobre o valor relativo de cada um destes métodos.

Concluídas as campanhas de 1977, era possível dizer-se que a esmagadora maioria das identificações a que se procedera derivava não de um método único mas da conjugação de vários deles.

No caso do Cerro do Castelo, nas Mestras, a conjugação da informação foi óbvia.

No caso do Cerro dos Mouros, a pista micro-toponímica veio a conduzir a um povoado com possível ocupação muçulmana, o que, aliás, veio mais uma vez provar a fragilidade das nossas ideias pré-concebidas e a diferença entre aquilo que se espera encontrar (neste caso um povoado pré ou proto-histórico) e aquilo que vem realmente a ser identificado, pelo menos de acordo com as recolhas de superfície.

4.6. Claro que, perante nós, se colocou sempre uma difícil opção: procurar globalmente *tudo* ou procurar especificamente determinadas linhas de ocupação patentes no espaço/tempo.

Ainda hoje não me sinto capaz de me pronunciar sobre qual dos caminhos deve ser preferenciado. O primeiro parece, a um observador exterior, objectivamente o mais adequado. Mas o segundo torna-se mais conveniente, se quisermos ligar as necessidades da prospecção a um melhor aproveitamento dos prospectores, cujo rendimento de campo é visivelmente muito maior quando procuram vestígios concretos dos períodos aos quais predominantemente a sua investigação se liga.

«Fabricar» prospectores como quem treina leitores de consumos de água e electricidade pareceu-me basicamente tão errado que tal foi prontamente afastado do treino da equipa, onde cada um foi encorajado a especializar-se nas peculiaridades de prospecção do período ou área mais de seu agrado.

Ao fornecer um treino de base comum, seguido das possíveis especializações, parece-me importante insistir no facto elementar, mas tantas vezes esquecido, de que não é necessariamente o arqueólogo que faz a a estação mas, em muitos casos, a estação que faz o arqueólogo (pelo menos a nível do comportamento epistemológico).

5. Perspectivas

Haveria que, ao fazer o balanço de três campanhas de prospecção/escavação, pensar os resultados com vista a um futuro a curto e médio prazo.

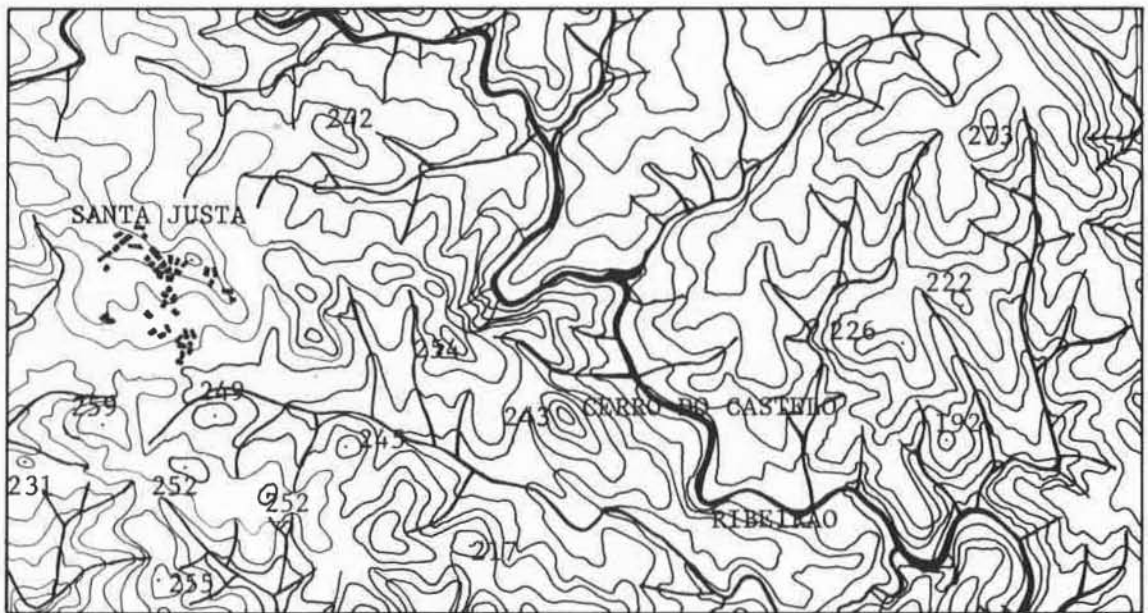
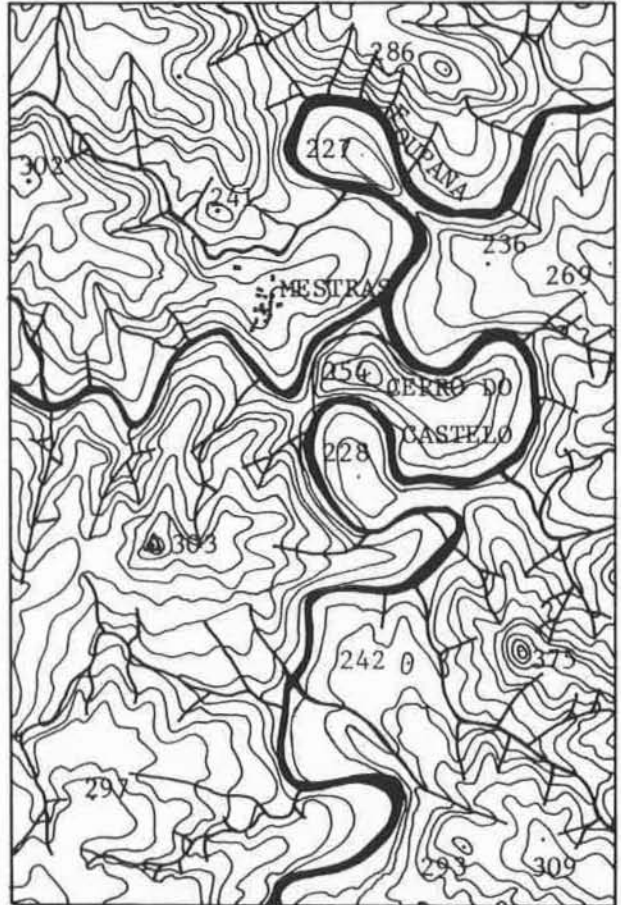
As respostas dadas pela população, pelas autarquias, pelo representante do Governo seu coordenador (francamente positivas), permitem repor de novo um velho princípio, defendido entre nós desde a fundação da nacionalidade: o de que devem ser as regiões a chamar a si próprias a condução dos seus destinos. Mantendo, é certo, uma ligação constante, mas não obsessiva, ao poder central, em cujo planeamento se integram sem serem dele cegos agentes ou mandatárias.

Põe-se, de imediato, uma questão: a da ligação de uma cartografia regional a uma cartografia nacional e o papel relativo da entidade coordenadora e dos sectores coordenados. Ou, por outras palavras: que estrutura central e que unidades regionais. Ou ainda: que competências para uma e outras.

Num País em que funcionam, melhor ou pior, onze projectos de cartografia arqueológica, há que saber, com alguma urgência, onde há que normalizar e onde se deve conservar a diferenciação de origem.

Parece cada vez mais evidente que o País não pode, no seu rico polimorfismo regional, ser reduzido a um projecto lisboeta, por mais sofisticados que sejam os seus meios de acção e respeitáveis os seus objectivos.

Pelo contrário, vai-se tornando nítido que não apenas as regiões, no abstracto cómodo, mas todos os que a ela estão ligados, investigadores, administrativos, agentes de ensino, simples particulares interessa-



Topografia dos três povoados calcolíticos identificados pelo CAALG em 1977 e 1978. Cerro do Castelo da Corte João Marques: escavações em 1978 e 1979. Cerros do Castelo das Mestras e de Santa Justa: escavações em 1979. (1:25 000)

dos, terão de ser chamados à grande tarefa comum, contribuindo para a rede de informação que constituirá a base de partida do inventário. Inventário cuja elaboração urgente é passo primeiro para a própria defesa e investigação.

Há, porém, que definir previamente o papel das entidades singulares e colectivas empenhadas na defesa do Património.

gem destes em memória de computador;

- 1.2.1 pistagem micro-toponímica sobre a cartografia disponível;
- 1.2.2 levantamento bibliográfico;
- 1.2.3 montagem de ficheiros;
- 1.3 discussão de metodologias gerais e específicas de prospecção e registo, abertas a todos os grupos

| | |
|-----------------------|-------------------|
| Sítio/monumento _____ | n.º _____ |
| Designação _____ | |
| Campanha _____ | _____ |
| Sondagem _____ | OBS. _____ |
| Quadrado _____ | _____ |
| Nível _____ | _____ |
| X _____ | |
| Y _____ | _____/_____/_____ |
| Z _____ | (rubrica) _____ |

Ficha de registo individual de materiais arqueológicos elaborada pelo CAALG e usada nas escavações de Corte João Marques e Santa Justa.

O papel fundamental do Instituto para a Salvaguarda do Património, a política global da Secretaria de Estado da Cultura (ou de um futuro Ministério da Cultura), de outras Secretarias de Estado, interiores ou exteriores ao Ministério da Educação e Cultura, da Fundação Calouste Gulbenkian, do Instituto Nacional de Investigação Científica, tem de ser divulgado, na interligação efectiva com autarquias, Gabinetes de Planeamento, Gabinetes de Apoio Técnico, Escolas e Centros de Estágio.

Concluindo, e quanto às áreas a trabalhar, penso-as como se segue:

- 1. *de gabinete (fases prévias)*
 - 1.1.1 elaboração de fichas de registo normalizadas;
 - 1.1.2 escolha, adopção, adaptação ou elaboração de simbólicas normalizadas;
 - 1.1.3 preparação de unidades de tratamento de dados e armazena-

ligados a tarefas de cartografia arqueológica, garantindo intercâmbio com unidades estrangeiras de pesquisa.

- 2. *de campo*
 - 2.1 prospecção, de acordo com critérios adequados às diversas regiões;
 - 2.2 escavação selectiva de sítios e monumentos.
- 3. *de gabinete (decorrente das fases anteriores)*
 - 3.1.1 proposta de uma lista de prioridades para a defesa e recuperação;
 - 3.1.2 elaboração de uma lista de propostas a integrar um futuro Plano Nacional de Escavações;
 - 3.2 criação de um espaço de discussão para se normalizarem os procedimentos arqueológicos, a

nível da nomenclatura dos materiais e do registo gráfico de monumentos e sítios.

Para que não tenhamos de concluir com as palavras amargas de Estácio da Veiga «o futuro, se é que a este paiz cabe ainda fundada esperança de se poder engrandecer pela cultura da sciencia, fará o resto», é necessário que pensemos Portugal também em termos de Património, aqui, hoje e agora.

Mais do que simples áreas *possíveis*, cuja existência se desejaria, esta listagem visa propostas concretas e baseia-se na firme convicção de que só o diálogo franco e aberto pode constituir um primeiro passo para a renovação do poluído ambiente arqueológico de Portugal.

Para que, dentro de alguns anos, gerações porventura mais esclarecidas, não nos acusem, justamente, de termos perdido a última oportunidade de salvaguardar da industrialização selvagem, da construção não-planiificada, das rupturas do eco-sistema, o que nesta década não está de todo perdido. Mas que irremediavelmente o estará se persistirmos nas constantes que têm viciado a política e a actividade arqueológica deste século, desde a indiferença oficial aos pensamentos elípticos, passando pela incompetência instalada ou pela prática cega, que nenhuma teoria enquadra.

Centro de História da Universidade
de Lisboa
Janeiro de 1978
Victor dos Santos Gonçalves

nota

* A publicação recente de uma portaria aplicável ao sector (269/78, de 12 de Maio, Diário da República, I Série, pp. 866-868) legisla, aparentemente, num vazio em que apenas o infractor parece ser o beneficiado. Regulamenta-se estritamente a prática arqueológica mas não se prevê nem pune a infracção sistemática e contumaz nem se acautelam os interesses do Estado em relação à propriedade do solo arqueológico. Ora, não se definindo este ponto vital, é impossível — repito, impossível — uma política coerente de defesa do Património cultural. (Nota acrescentada em 17/05/78).

o presente artigo foi entregue no Centro de História em Janeiro de 1978. Em Maio de 1978 acrescentei-lhe uma pequena nota referente à portaria reguladora da actividade arqueológica entretanto publicada. Em Junho de 1979, quando a revista

C L I O entrou finalmente em tipografia, considerei vantajoso publicar as duas fichas entretanto elaboradas, a descritiva de cerâmicas lisas e a de inquérito, e rever a ilustração. Com efeito, o ano de 1978 foi para o CAALG o do verdadeiro início da operação em larga escala que este texto anunciava. Os resultados das campanhas de 1978 e 1979 vieram confirmar muitos dos pontos de vista, a estratégia e as tácticas elaboradas na sequência das campanhas TAVIRA/77. Tal experiência será objecto de outro texto, a apresentar ao IV Congresso Nacional de Arqueologia.

Lisboa, 20/6/79.

Carta Arqueológica do Algarve Estratégia e perspectivas

Victor Santos Gonçalves

anexos

1. ficha bibliográfica monumento/sítio
2. ficha de recolha de informação (oral)
3. ficha monumento/sítio (campo)
4. inquérito arqueológico 1/79 A
5. ficha descritiva para cerâmicas lisas

Em anexo se apresentam as fichas usadas pelo CAALG, desde os seus primeiros trabalhos de campo, corrigidas de acordo com a experiência de campo havida. A estas se acrescenta duas outras, concluídas nos inícios de 1979, que poderão ter algum interesse.

A ficha bibliográfica monumento/sítio é empregue na cata geral de informação bibliográfica, sendo posteriormente «tratada» e desdobrada em fichas específicas distribuídas por diversos ficheiros.

A ficha de recolha de informação (oral) destina-se a ser memorizada nos seus itens principais e o preenchimento é posterior à recolha quando se aborda pela primeira vez um potencial informador. Só em casos de indivíduos já contactados, e que se apresentam abertos ao fornecimento de informação, se preenchem estas fichas no acto da recolha. Por vezes, são transcrição de entrevistas gravadas.

A ficha monumento/sítio (campo) arquiva os dados recolhidos pela equipa aquando da identificação de um monumento ou sítio de interesse histórico ou arqueológico.

O inquérito arqueológico 1/79 A, apoiado pelo Senhor Bispo do Algarve, representa uma primeira aproximação aos párocos do distrito de Faro, sendo o primeiro de uma série, progressivamente mais exigente nos dados solicitados.

Finalmente, a ficha descritiva para cerâmicas lisas corresponde a uma tentativa de sistematização dos descritores já disponíveis para as cerâmicas calcólicas. Baseia-se nas propostas de Sheppard, Balfet, Vaquer e Tavares da Silva, adaptando-as às necessidades verificadas durante a pesquisa.

CARTA ARQUEOLÓGICA DO ALGARVE - CAALG

FICHA BIBLIOGRÁFICA MONUMENTO/SÍTIO

PALEOLÍTICO

EPIPALEOLÍTICO/MESOLÍTICO

NEOLÍTICO

CALCOLÍTICO

BRONZE/FERRO

ROMANO

ÁRABE/MEDIEVAL

TIPO DE MONUMENTO _____

— DESIGNAÇÃO _____

CONCELHO _____

FREGUESIA _____

LUGAR MAIS PRÓXIMO _____

CMP N.º ____ DATA ____ QUADRÍCULA _____

LATITUDE _____

LONGITUDE _____

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUTOR _____

TÍTULO _____

EDITORA _____ LUGAR DE EDIÇÃO _____ ANO _____

REVISTA _____ VOL. _____ N.º _____ ANO _____ PP. _____ - ABREV. _____

INFORMAÇÃO

"HISTÓRIA" DO MONUMENTO/SÍTIO _____

MATERIAIS REFERIDOS NO TEXTO CERÂMICA _____

INSTRUMENTOS LÍTICOS _____

I. DE OSSO _____

I. METÁLICOS _____

OBJECTOS DE ADORNO PESSOAL _____

FAUNA _____ FLORA _____

ANTROPOLOGIA _____

OUTROS _____

DATA DO PREENCHIMENTO _____ ASS. DO RESPONSÁVEL _____

COMENTÁRIOS À ESTAÇÃO

TIPO DE PRIORIDADES

- A (VISITA IMEDIATA)
- B (VISITA EM CAMPANHA PRÓXIMA)
- C (A VISITAR OPORTUNAMENTE)

REFERÊNCIAS DE ARQUIVO

a preencher após o encerramento da recolha:

DESCRIÇÃO DO ESTADO ACTUAL DO MONUMENTO/SÍTIO

VISITADO EM _____

PROPOSTA DE CLASSIFICAÇÃO SIM NÃO DATA _____ OFÍCIO _____

COMO MONUMENTO NACIONAL IMÓVEL DE INTERESSE PÚBLICO OUTRA _____

CARTA ARQUEOLÓGICA DO ALGARVE - CAALG

FICHA MONUMENTO/SÍTIO (CAMPO)

DESIGNAÇÃO CARTOGRÁFICA _____ POPULAR _____

CONCELHO _____ FREGUESIA _____

POVOAÇÃO MAIS PRÓXIMA _____

MIRADAS DE _____ PARA _____ GRADOS _____

DE _____ PARA _____ GRADOS _____

DE _____ PARA _____ GRADOS _____

DE _____ PARA _____ GRADOS _____

DE _____ PARA _____ GRADOS _____

COORDENADAS X _____ Y _____ CMP _____

CARTOGRAFIA CMP _____ ano _____ quadrícula _____ CCP _____ CGP _____

DESCOBERTA/RELOCALIZADA/VISITADA em _____

CARACTERIZAÇÃO BREVE _____

TIPO DE MATERIAIS RECOLHIDOS _____

ÉPOCA(S) A QUE SÃO ATRIBUÍVEIS _____

_____ CÓDIGO DE ESTAÇÃO _____

PROPRIETÁRIO(S) E RESIDÊNCIA(S) _____

EQUIPA _____ EM _____

FREGUESIA DE _____ CONCELHO _____

DISTRITO DE FARO

NOME DO PÁROCO _____

1. EXISTE NA SUA FREGUESIA ALGUM LUGAR CHAMADO

- CERRO DO CASTELO
- CASTELINHO
- CASTELEJO
- CASTELÃO (OU CASTELÕES)

EM CASO AFIRMATIVO INDIQUE O LUGAR (ALDEIA, "MONTE", VILA) MAIS PRÓXIMO

NÃO SE ESQUEÇA DE INDICAR O NOME DE UMA OU MAIS PESSOAS VIVENDO NESSE LUGAR QUE SAIBAM A LOCALIZAÇÃO EXACTA DO SÍTIO

2. EXISTE NA SUA FREGUESIA ALGUM LUGAR CHAMADO

- PEDRAS ALTAS
- MASMORRA (OU MASMORRAS)
- PEDRAS EMPINADAS
- PEDRAS BRANCAS
- PENEDOS
- NAVE

NÃO SE ESQUEÇA DE INDICAR O NOME DE UMA OU MAIS PESSOAS VIVENDO NESSE LUGAR OU NALGUMA POVOAÇÃO PERTO QUE POSSA DAR INDICAÇÕES PRECISAS

3. EXISTE ALGUM LUGAR NA SUA FREGUESIA QUE O POVO DIGA QUE FOI HABITADO PELOS MOUROS?

ESCREVA O NOME DO LUGAR, DA POVOAÇÃO MAIS PERTO E DE UM POSSÍVEL INFORMADOR

| | | | | |
|-------|---|-------|---|-------|
| _____ | / | _____ | / | _____ |
| _____ | / | _____ | / | _____ |
| _____ | / | _____ | / | _____ |
| _____ | / | _____ | / | _____ |
| _____ | / | _____ | / | _____ |
| _____ | / | _____ | / | _____ |
| _____ | / | _____ | / | _____ |
| _____ | / | _____ | / | _____ |
| _____ | / | _____ | / | _____ |
| _____ | / | _____ | / | _____ |
| _____ | / | _____ | / | _____ |

4. EXISTE ALGUM LUGAR NA SUA FREGUESIA ONDE TENHAM SIDO ENCONTRADAS OU SE CO-NHEÇAM SEPULTURAS "DOS ANTIGOS" OU DOS MOUROS?

INDIQUE O NOME DO LUGAR, DA POVOAÇÃO MAIS PRÓXIMA E DE UM POSSÍVEL INFORMADOR

SE AS FOLHAS DE ESTE INQUÉRITO NÃO FOREM SUFICIENTES ACRESCENTE AS QUE QUISER.
TODAS AS INFORMAÇÕES SÃO MUITO IMPORTANTES.
A SUA AJUDA PODE SER FUNDAMENTAL PARA DEFESA DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO DO ALGARVE.

FICHA DESCRITIVA PARA CERÂMICAS LISAS

Proveniência _____ Cód. _____ nº _____
 Localização no monumento/sítio _____ Q X Y Z _____
 Designação _____ Forma _____

.....
 Côr superfície ext.dominante _____ Munsell _____ secundária _____ Munsell _____
 int.dominante _____ Munsell _____ secundária _____ Munsell _____
 Côr fracturas (1) côr uniforme _____ Munsell _____
 (2) côr 1/2 inter. _____ Munsell _____
 côr 1/2 ext. _____ Munsell _____
 (3) côr núcleo _____ Munsell _____
 côr int. _____ Munsell _____
 côr ext _____ Munsell _____

.....
 COZEDURA (1) oxidante (2) redutora (3) oxidante com arrefecimento redutor
 (4) redutor com arrefecimento oxidante

.....
 COMPONENTES NÃO PLÁSTICOS

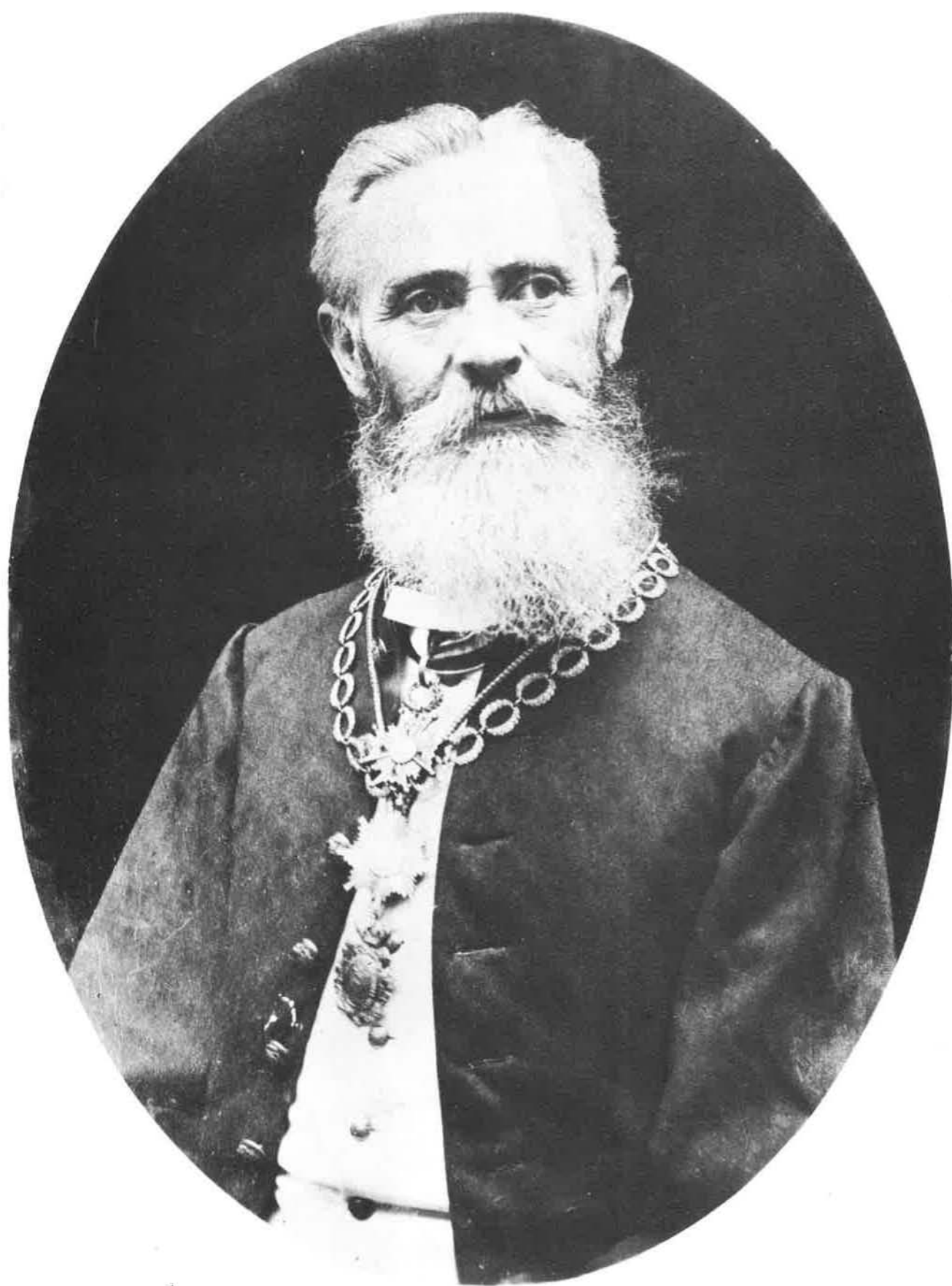
.....
 muito finos (0,05-0,1 mm) %fraca(--15%) média(15-30%) forte (30%--)
 finos (0,1-0,25 mm) %fraca(--15%) média(15-30%) forte (30%--)
 médios (0,25-0,5 mm) %fraca(--15%) média(15-30%) forte (30%--)
 grosseiros (0,5 - mm) %fraca(--15%) média(15-30%) forte (30%--)
 natureza dos cnp _____

.....
 DUREZA _____

.....
 SUPERFÍCIES (TRATAMENTO) internas : rugoso alisado polido com engobe (côr _____)
 externas : rugoso alisado polido com engobe (côr _____)

.....
 Dbe _____ Dbi _____ Db _____ Dc _____ Dmx _____ Dbe-diâmetro externo da boca
 H _____ Hf _____ Hc (idêntica a Hf) _____ Dbi-diâmetro interno da boca
 lb _____ eb _____ emx _____ Db-diâmetro do bojo
 Dc-diâmetro da carena
 Ip' : $\frac{H \times 100}{Dbe} =$ _____ Dmx-diâmetro máximo
 H-altura total
 Ip'' : $\frac{H \times 100}{Dmx} =$ _____ Hf-altura do fundo
 Icf : $\frac{Hf \times 100}{Dc} =$ _____ Hc-altura da carena
 Ihc : $\frac{Hc \times 100}{H} =$ _____ Ip'-índice profundidade/Ø ext.boca
 Ip''-índice profundida/Ø máximo
 Iab : $\frac{Dbe \times 100}{Db} =$ _____ Icf-índice convexidade do fundo
 Ihc-índice altura carena
 Iip : $\frac{Dbe \times 100}{Dc} =$ _____ Iab-índice abertura da boca
 Iip-índice inclinação parede
 Ilb : $\frac{lb \times 100}{Dbe} =$ _____ Ilb-índice largura do lábio

Estácio da Veiga (1828-1891). O grande pioneiro da cartografia arqueológica em Portugal. Autor da monumental obra Antiquidades Monumentaes do Algarve, defendeu a regionalização contra a hipertrofia centralizadora, a criação de um Instituto Arqueológico e de um Museu do Algarve.



A cista da Rocha da Moura (Mealha, Tavira), um dos primeiros monumentos cartografados pelo CAALG na sequência de informações de estudantes do núcleo universitário de Faro. Monumento violado em época indeterminável.



O povoado árabe/medieval dos Estouriz (Loulé). Identificado pelo CAALG na campanha de 1977.



1. Anta da Cumeada (Aldeia Nova); 2. Anta da Cerca da Francisquinha (Corte d'Ouro, Loulé); 3.4. O que resta da Anta da Altura da Serra (Alcoutim), destruída pela implantação, na sua câmara, de um marco geodésico (!!); 5.6. Anta do Curral da Castelhana (Alcoutim), escavada em 1978.



1.2. Anta da Masmorra (Tavira). No 2., pormenor da estrutura de divisão entre a câmara e o corredor; 3. Anta das Pedras Altas (Mealha, Tavira); 4.5. Povoado calcolítico do Cerro do Castelo da Corte João Marques, visto de S. e de N. Identificado pelo CAALG em 12-7-78, revelou um importante conjunto de estruturas e materiais; 6. Pormenor da escavação de um sector do povoado da Corte João Marques (Loulé).



*O povoado calcolítico do Cerro do Castelo das Mestras
[Alcoutim]; 2. Material de construção, romano, empilhado num campo do Monte das Mestras.*



*O povoado calcolítico do Cerro do Castelo de Santa
Justa (Alcoutim), identificado em 1978.*



1.2. Campo de cistas do Cerro da Dona Benta (escavação prevista para 1980); 3.4.5. Campo de cistas de Almada d'Ouro (escavação prevista para 1980); 6. Sepultura do Cerro da Gineta (Mealha, Tavira), identificada por informação dos amigos do Monte da Mealha, em 1978.

